

Siderurgia mudará mais

por Celso Pinto
de São Paulo

As mudanças na feição do setor siderúrgico brasileiro não se esgotaram com o processo de privatização. Wilson Brumer, presidente da Acesita, acha que uma nova rodada de alterações nos controles acionários está em andamento, como disse num seminário organizado pelo Citibank.

Ao final da privatização, as instituições financeiras ficaram com 33% do capital das siderúrgicas, os empregados com 16%, os fundos de pensão com 12%, investidores externos com 10%, indústrias com 8%, clientes com 7%, fornecedores com 7%, e outros com 7%. Brumer prevê que os empregados e os bancos deverão reduzir sensivelmente sua participação nas siderúrgicas, enquanto os fundos de pensão e

os investidores estrangeiros deverão tomar seu lugar.

No caso da Acesita, controlada em 51% por fundos de pensão, a participação dos empregados já caiu de 12% no momento da privatização para apenas 1% hoje. Na medida em que os resultados positivos aparecem e as ações se valorizam, empregados e bancos tenderão a realizar lucros.

Todas as siderúrgicas privatizadas passaram por processos de reestruturação, algumas refocalizaram seus mercados (como a própria Acesita), muitas ampliaram o papel das exportações e algumas avançaram em incorporações de outras empresas e ingresso em novos setores. O resultado global foi muito positivo. De um prejuízo global de R\$ 240 milhões, em 1993, as empresas passaram para um

lucro global de R\$ 828 milhões no ano passado. A produtividade dobrou na Aços Finos Piratini entre 1991 e 1994, subiu 45% na Cosipa, 85% na Usiminas, 63% na Companhia Siderúrgica de Tubarão, 64% na Acesita, 36% na Companhia Siderúrgica Nacional e 15% na Açominas (medida por toneladas/ano por trabalhador).

Para o Estado, disse Brumer, foi um bom negócio. Ao longo da história, segundo dados do BNDES, o Estado investiu US\$ 26,1 bilhões nas siderúrgicas e colheu apenas US\$ 600 milhões em dividendos, ou um retorno de 2,3%. Até o ano 2000, as siderúrgicas deverão investir US\$ 5 bilhões, algo que, se o controle tivesse permanecido em mãos do Estado, lembrou Brumer, dificilmente iria acontecer.